



#DESAFIO VISÃO EDUCA

Para você aprender a surfar nas ondas do universo financeiro e previdenciário.

VisãoEduca



Sumário

#Aprendendo a nadar

- 03 **Semana 1**
Mentalidade financeira - parte 1
- 06 **Semana 2**
Mentalidade financeira - parte 2
- 09 **Semana 3**
Planejamento financeiro
- 12 **Semana 4**
Endividamento - e agora?
- 16 **Semana 5**
Metas financeiras
- 22 **Semana 6**
Sistema Financeiro Nacional
- 31 **Semana 7**
Taxas de Juros
- 35 **Semana 8**
Principais Papéis Negociados
no Mercado Local
- 41 **Semana 9**
Informações sobre a Previdência
- 46 **Semana 10**
Aportes, Projeção do Saldo e
Valor do Benefício
- 50 **Semana 11**
Portabilidade



#Semana 1

Mentalidade Financeira - Parte 1

#Aprendendo a nadar



Mentalidade Financeira

Afinal, o que é a mentalidade financeira e por que é tão importante começar essa trajetória falando sobre ela?

Basicamente a mentalidade financeira é composta por um conjunto de crenças e comportamentos, relacionados ao dinheiro e finanças no geral, que as pessoas podem adotar ao longo da vida. Com isso, é fundamental entender se essas crenças e comportamentos, que podem ser positivas ou negativas, estão de fato ajudando ou atrapalhando no processo de lidar com os temas que permeiam o universo financeiro.

Uma mentalidade financeira, que podemos chamar de “positiva”, é aquela que te auxilia a lidar com as questões financeiras em seu dia a dia, como:

Nesse início da jornada, em que você estará #aprendendoanadar, abordaremos sobre um tema fundamental

para o seu processo de aprendizagem: a mentalidade financeira!



Pensar bem antes de comprar



Gastar menos do que ganha



Planejar adequadamente o orçamento



Investir para realizar sonhos, pensar no longo prazo

Podemos dizer que uma mentalidade que ajuda a ter controle e planejamento financeiro sem ser um peso ou um problema. Já uma mentalidade financeira negativa é aquela que te distancia de todos esses exemplos mencionados e atrapalha no seu processo de lidar de frente com esse tema e assumir o controle da sua situação financeira.

Trazendo um pouco para a prática, reflita sobre as afirmações abaixo e veja se elas fizeram ou fazem parte do seu dia a dia:

- Não faço ideia do quanto gasto e com o que eu gasto**
- Nunca sobra nada no final do mês**
- Minha situação financeira já está uma bola de neve.**
- Gasto tudo pois posso morrer amanhã e ficará tudo aí**
- Me sinto perdido(a) para lidar com minha vida financeira**
- Dinheiro é sujo**

- Quem é rico não é honesto**
- Tendo dinheiro para pagar minhas contas já vou ficar feliz**
- Investir é muito difícil**
- Tenho medo e me sinto inseguro para investir**
- Quando sobrar dinheiro vou pensar em investir**
- Não gosto de pensar sobre dinheiro pois sempre foi um problema e motivos de briga na minha família**
- Sinto vergonha de falar sobre dinheiro com a minha família e meus amigos**
- Sou jovem para pensar em previdência, falta muito tempo**

Se você reproduz algumas dessas frases, crenças ou comportamentos, saiba que essa é a mentalidade que pode estar atrapalhando a sua vida financeira e o seu caminho para atingir seus objetivos e sonhos!

Refletir sobre essas afirmações, que podem estar enraizadas em nossa cultura, é fundamental para dar o pontapé inicial e buscar uma mudança efetiva em sua saúde financeira e, até mesmo, estender para outras áreas da sua vida.

Prepare-se para a próxima etapa

O objetivo de termos iniciado essa jornada falando sobre mentalidade financeira foi justamente para que você fizesse esse

exercício de refletir e identificar se possui crenças e comportamentos que precisam ser trabalhados para que consiga aproveitar e absorver os conteúdos da melhor maneira possível! Desejamos que você esteja aberto para começar, para fazer as mudanças necessárias, aprender ou até mesmo reaprender, isso, claro, sem se comparar com outros, pois cada um tem o seu tempo e está tudo bem!

A photograph of two surfers walking on a beach carrying their surfboards. The image is overlaid with a semi-transparent dark filter. The text is centered over the image.

#Semana 2

Mentalidade Financeira - Parte 2

#Aprendendo a nadar

Mentalidade Financeira - Parte 2



Se no texto anterior você percebeu que possui uma mentalidade financeira negativa, chegou a hora de começar o seu processo de mudança!

Quebre a crença do “mundo ideal” para começar a agir.

Talvez você esteja em uma situação em que dívidas, descontrole financeiro e uso do cheque especial façam parte da sua realidade e, com isso, você acredite que até conseguir ficar com a conta positiva novamente para começar a fazer as mudanças necessárias, vai levar ainda um bom tempo! É exatamente sobre isso que estamos falando, enquanto você estiver olhando para o dinheiro e para as suas finanças esperando um “mundo ideal” para agir, você poderá se ver cada vez mais em situações de dívidas e sem o controle do seu orçamento!

É preciso que você esteja disposto a começar as mudanças hoje independente do cenário, pois só assim, as mudanças serão

notadas! Dê um passo de cada vez!! Renunciar a algumas situações pode ser necessário nesse momento (compras, passeios etc.).

Queremos propor que faça um compromisso com você e esteja engajado nesse processo de transformação, sabendo que pode até doer a princípio, mas será para o seu próprio bem!

Cerque-se de pessoas que tenham ou estejam buscando uma mentalidade financeira positiva.



Cerque-se de pessoas que tenham ou estejam buscando uma mentalidade financeira positiva.

star acompanhado de pessoas que estejam trilhando ou dispostas a seguirem nesse novo caminho que você deseja é fundamental para te auxiliar nessa jornada e te manter engajado e motivado! Compartilhar os objetivos com alguém que também esteja disposto a aprender sobre esses temas pode ser muito rico no seu processo de aprendizado e te auxiliar na conquista dos seus sonhos e objetivos!

Busque se conectar com pessoas que gostem desses temas, que consigam ou estejam buscando se relacionar com o dinheiro de forma positiva e que estejam dispostas a sempre buscar aprendizados para aplicar no seu dia a dia! Você pode também interagir com novas pessoas por meio das redes sociais e grupos online de estudos!

O que acha de convidar alguns amigos e familiares para começar essa nova jornada aqui no Visão Educa junto com você? Talvez você encontre pessoas que precisavam apenas de um “empurrãozinho” para começar a fazer as mudanças necessárias na vida financeira delas!

Busque aprender continuamente.

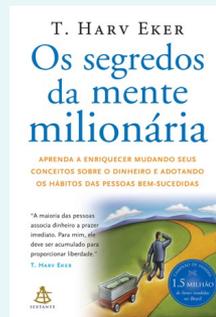
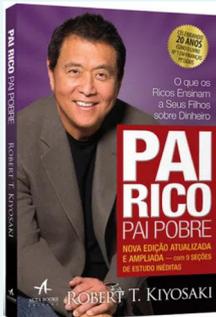


Busque aprender continuamente.

Além dos conteúdos do Visão Educa, é muito importante que você busque também outras fontes de informações para agregar no seu processo de aprendizado, como por exemplo ver vídeos de canais financeiros no Youtube, escutar podcasts, conversar com pessoas que tenham experiência, ler artigos e livros sobre o assunto.

Separamos abaixo alguns livros que trazem a importância da mentalidade financeira para que você possa aprofundar mais sobre o tema:

- Fator de Enriquecimento – Paulo Vieira
- Pai Rico, Pai Pobre – Robert T. Kiyosaki
- Segredos da Mente Milionária – T. Harv Eker



Adotar essas práticas e estratégias para se relacionar com o dinheiro será fundamental para a sua saúde financeira e para atingir os seus objetivos!

Agora que navegamos nesse assunto, na próxima semana iniciaremos sobre o tema planejamento financeiro! Esperamos que, com os conteúdos que iremos abordar, algumas dessas frases, crenças ou comportamentos listados abaixo, estejam fazendo parte do seu dia a dia muito em breve:



Tenho tranquilidade para lidar com a minha vida financeira.



Tenho controle do quanto ganho, invisto e gasto.



Sempre sobra dinheiro no final do mês.



Consigo me planejar para atingir meus objetivos financeiros.



Consigo viver o hoje e me preparar financeiramente para um futuro tranquilo.





#Semana 3

Planejamento Financeiro

Planejamento Financeiro



Chegou o momento de darmos um grande passo: a realização de um planejamento financeiro adequado! Para explorarmos esse tema, separamos os conteúdos da seguinte forma: levantamento e análise das receitas e despesas, identificação e tratativa de dívidas existentes e elaboração de metas financeiras.

Começaremos então falando sobre o levantamento e análise das receitas e despesas, pois é fundamental a realização de um “Raio X” da sua situação atual para organizar o seu orçamento de uma forma eficiente, entendendo, assim, para onde o seu dinheiro está sendo destinado, quais são os seus comportamentos na hora de usá-lo e como isso está afetando a sua saúde financeira.

1. Receitas e Despesas: O dinheiro que entra e o dinheiro que sai!

Essa etapa de registrar o que entra (receitas) e o que sai (despesas) é fundamental para entender como andam seus gastos, o que pode melhorar para que você atinja seus objetivos financeiros (fazer uma viagem, iniciar um curso) e o que precisa ser feito para que tenha sempre dinheiro sobrando no final do mês!

Não tenha “medo” de pegar o seu extrato bancário, a fatura do cartão de crédito, os boletos a serem pagos e as contas de consumo (água, luz, telefone), essa etapa pode “doer” um pouco

2. Identifique os gastos prioritários e os que podem ser repensados!

Uma vez que todas as suas receitas e despesas foram listadas, é o momento de identificar o que realmente é prioritário e o que você pode diminuir ou eliminar.

Quando falamos de despesas prioritárias, nos referimos àquelas que são essenciais para viver. Quando falamos em despesas que podem ser repensadas, são aquelas que te trazem alguma satisfação pessoal e, às vezes, você pode estar gastando além do que é saudável para a sua vida financeira e gerando uma falha no controle do seu orçamento.

Alguns exemplos de despesas prioritárias são: habitação, saúde, educação e transporte. Como exemplos de despesas que você pode analisar e repensar o quanto está destinando para elas são os gastos com assinatura de TV e streaming (que você consome muito pouco mas todo mês vem na fatura do cartão de crédito) e gastos com fast food (que você pode diminuir a quantidade que consome por mês).

Um outro ponto que é fundamental na hora de fazer o levantamento e analisar as suas receitas e despesas é entender quais delas possuem um valor fixo todos os meses e quais são as que podem variar de um mês para o outro, dessa forma você conseguirá evitar surpresas quando for organizar e criar o seu orçamento mensal.

Não tenha “medo” de pegar o seu extrato bancário, a fatura do cartão de crédito, os boletos a serem pagos e as contas de consumo (água, luz, telefone), essa etapa pode “doer” um pouco a princípio, mas é a base para realizar qualquer mudança necessária na sua vida financeira!



Receitas

Recebimentos de salário, pró-labore, aluguel, pensão, horas extras, 13º salário, férias, renda extra e etc. (importante considerar a receita líquida, ou seja, quando já foram abatidos os impostos e separar entre elas o que realmente você recebe todo mês e o que varia de um mês para outro).



Despesas Fixas

São aquelas que têm o mesmo montante mensalmente, por exemplo, habitação (aluguel, condomínio, prestação de casa, seguro da casa, diarista, mensalista, etc.), transporte (prestação do carro, seguro do carro, estacionamento, etc.), saúde (seguro saúde e plano de saúde), educação (colégio, faculdade, curso, etc), impostos (IPTU, IPVA e demais impostos) e Outros (seguro de vida, e etc.).



Despesas Variáveis

São aquelas que acontecem todos os meses, mas podemos tentar reduzir, tais como: habitação (luz, água, telefone, celular, gás, mensalidade de TV, internet), transporte (metrô, ônibus, combustível, estacionamento), alimentação (supermercado, feira, padaria), saúde (medicamentos), cuidados pessoais (cabeleireiro, manicure, esteticista, academia, clube), entretenimento (serviços de streaming e TV por assinatura)

Agora que vimos esses itens, você deve estar pensando que já está na hora de baixar uma planilha ou aplicativo para começar a fazer o seu orçamento, certo? Os controles financeiros disponíveis trazem informações para registrarmos as receitas, as despesas, bem como os valores que vamos destinar para investir e atingir objetivos financeiros, mas, antes de começar a utilizar as muitas ferramentas ou aplicativos que existem no mercado, é importante que você organize outros pontos da sua vida financeira: o processo de identificar e tratar as dívidas e inadimplências (caso existam) e o processo de elaborar suas metas financeiras.

A photograph of a surfer riding a wave, with water splashing around them. The surfer is wearing a red and white patterned rash guard and yellow shorts. The background is a cloudy sky. The text is overlaid on the left side of the image.

#Semana 4

Endividamento - E agora?

Endividamento - E agora?



Por que nos endividamos?

Os motivos para o endividamento podem ser variados. Alguns exemplos são: não ter o recurso total disponível para o pagamento de algo que deseja, se perder no controle do orçamento e necessitar de recursos para alguma emergência e até mesmo não querer usar alguma reserva disponível, acreditando ser a melhor opção assumir uma parcela de empréstimo “pequena”, mas que acaba não percebendo os juros ali envolvidos.

Em muitas situações, até mesmo pela falta de educação financeira, as decisões para as compras, contratação de empréstimos, uso de cartões de crédito sem controle e cheque especial, são tomadas no “calor da emoção”, sem analisar de fato o orçamento, as condições do momento e as taxas envolvidas. A questão começa a ficar mais complicada e a sair do controle, quando a proporção de

dívidas aumenta ao ponto de não ter dinheiro suficiente para realizar os pagamentos até a data do vencimento, gerando assim situações de inadimplência, aumento de juros e consequentemente do valor da dívida.

Falando um pouco em números, uma pesquisa realizada pelo CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC mostrou que as dívidas de cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnês de lojas, crédito consignado, empréstimo pessoal e prestação de carro e de casa das famílias brasileiras, chegaram ao percentual recorde 67,4% em julho de 2020.

Dito tudo isso, talvez você se encaixe em uma dessas situações e esteja se perguntando: “ok, mas o que eu faço agora?” Vamos lá!

Como se livrar das dívidas

Liste todas as suas dívidas com as seguintes informações: dos juros mais altos aos juros mais baixos, do maior prazo de pagamento ao menor prazo para quitação. É muito importante que você tenha clareza quanto ao tamanho e proporção de cada uma das dívidas para que possa se planejar para quitá-las tomando a melhor decisão.

Feita essa etapa, veja algumas alternativas que você pode e deve buscar:

Troque uma dívida cara por uma dívida mais barata



Quando falamos de trocar uma dívida cara por uma outra mais barata, nos referimos à estratégia de você fazer uma dívida com juros menores para quitar aquela com juros elevados e que vem comprometendo de forma significativa o seu orçamento. Entenda abaixo como funcionaria:



Imagine que você tem uma dívida de cartão de crédito de R\$ 2.000 e que foi financiada em 12 meses. Você sabia que, em julho/2020, a taxa 1 utilizada para financiar a dívida do cartão de crédito era de 131,80% ao ano. Considerando essas informações, você pagaria uma parcela mensal de R\$ 255,27.

O que você pode fazer para reduzir essa parcela?

Você pode ir a um banco ou fazer simulações pelo site do Banco. Se conseguir um empréstimo, sem ser o parcelamento pelo próprio cartão de crédito, com uma taxa de 10% ao ano, sua parcela reduzirá para R\$ 175,43.

Veja o comparativo a seguir da economia que pode vir a conseguir:

Valor	Parcela do Empréstimo – Cartão de Crédito	Parcela de um Empréstimo Simples no Banco	Diferença mensal	Diferença 12 meses
R\$ 10.000	R\$ 255,27	R\$ 175,43	R\$ 79,83	DR\$ 958,01

A taxa de 10% ao ano ainda é considerada alta para um empréstimo, mas é melhor do que pagar os 131,80% de taxa do cartão de crédito.

O que você precisa, para fazer um bom negócio, é pesquisar detalhadamente as opções disponíveis e buscar as melhores taxas de juros. Quanto menor a taxa de juros cobrada no seu empréstimo,

menor será a parcela a pagar, considerando uma quantidade igual de parcelas.

Uma alternativa muito válida para você, que é nosso participante Visão Prev e possui um ano de vinculação ao plano de forma ininterrupta, é realizar um empréstimo conosco, pois como somos uma entidade sem fins lucrativos, conseguimos oferecer taxas mais baratas do que em outras instituições. Aproveitar essa vantagem pode te auxiliar nesse momento de reorganização do orçamento (clique aqui para acessar o regulamento de empréstimos da Visão Prev e obter mais informações).

Uma outra opção interessante, dependendo do tipo de dívida que você tenha, é a realização de portabilidade, em que você ao invés de pegar um empréstimo mais barato para quitar uma dívida cara, você apenas trocava essa dívida de credor, ou seja, você transferiria a sua dívida para um credor que esteja cobrando juros menores e é ele quem fará a realização do pagamento para o



Vamos considerar uma pessoa que tem um financiamento imobiliário, contratados com juros anuais de 11,5%, e que ainda restam 15 anos, ou seja, 180 meses, para pagamento de uma dívida de R\$ 200.000. A parcela paga mensalmente é de R\$ 2.265,03. Levando esse financiamento para outro banco que cobra juros anuais de 8,5%, a parcela seria de R\$ 1.932,82.

Valor da dívida do Financiamento Imobiliário	Parcela com a taxa de 11,5% ao ano	Parcela com a taxa de 8,5% ao ano	Diferença mensal	Diferença 180 meses
R\$ 200.000	R\$ 2.265,03	R\$ 1.932,82	R\$ 332,21	R\$ 59.798,27

Veja que essa redução de 3%, em pontos percentuais, no longo prazo (como costumam ser os financiamentos habitacionais), faz uma diferença enorme no valor da sua dívida. Se for esse seu caso, busque mais informações e regras para realização da portabilidade e aproveite as quedas de juros no país para renegociar essa dívida!

Uma dica para buscar as melhores taxas é acessar a plataforma gratuita do Serasa eCred, pois lá, diversas empresas parceiras do Serasa como bancos, fintechs e outras financeiras, realizam ofertas de empréstimos e você pode verificar em um único lugar as taxas que estão sendo praticadas e escolher a melhor opção disponível.



A renegociação de dívidas é uma excelente alternativa para que você possa conseguir reorganizar o seu orçamento. Uma vez com todos os dados da sua dívida, é hora de entrar em contato com os credores para buscar uma negociação e realizar a quitação do débito o quanto antes.

Você pode acessar os canais de relacionamento dos seus credores, conversar com o gerente do seu banco e verificar se possuem alguma proposta a te oferecer ou até mesmo você sugerir uma forma para quitar a dívida. É importante estar atento na renegociação para não acabar realizando um mal negócio e até mesmo aumentar a sua dívida!

Fonte

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/08/28/juro-do-car-tao-de-credito-vai-a-2792percent-em-julho-para-o-cliente-regular.ghtml>

A woman in a black swimsuit is surfing on a wave. The background is a blue sky with white clouds. The text is overlaid on the left side of the image.

#Semana 5

Metas Financeiras

Metas Financeiras



Estamos a um passo de deixar o seu orçamento organizado para que você consiga acompanhar melhor no dia a dia. Agora que você já passou pela etapa de levantamento das receitas e despesas e da identificação de dívidas, caso existam, chegou o momento de pensarmos em como elaborar metas financeiras alinhadas aos seus objetivos.

Algo importante é deixar clara a diferença de meta e de objetivo, quando se trata de educação financeira. Um objetivo é aquilo que você quer conquistar, já uma meta se trata de como você vai fazer para conquistar aquilo que deseja!

Vamos a um exemplo: talvez uma pessoa tenha o objetivo de poupar dinheiro para fazer uma grande viagem nas férias, mas, para atingi-lo, ela precisa de estratégias, criando, assim, uma meta para que possa poupar e realizar

a tão sonhada viagem de férias. Para redigir uma meta de forma eficiente, veja as perguntas que deve fazer:

– Quanto eu preciso para realizar essa viagem?

É preciso considerar o máximo de custos envolvidos para que o planejamento esteja o mais alinhado possível, evitando surpresas, como custos com passagens, hospedagem, transporte, alimentação, passeios etc.

– Como eu vou fazer para poupar ou conseguir esse dinheiro?

Nessa etapa, é preciso verificar o orçamento e ver quais despesas podem ser reduzidas, quais poderão ser eliminadas e até mesmo verificar se há necessidade de fazer renda extra para atingir esse objetivo (vender algo que não usa, dar aulas de algum tema que domine, entre outros).

– Qual a data que eu desejo realizar essa viagem e até quando preciso poupar?

Agora que já tem mais clareza sobre quanto custa aquilo que deseja e o que precisa ser feito para alcançá-lo, é muito importante definir uma data para concretização do objetivo. Dessa forma, saberá quanto tempo tem para juntar os recursos necessários e fazer os ajustes no orçamento.



• Objetivo:
Passar minhas próximas férias na Bahia

• Quando:
fevereiro/2022

• Quanto custa:
R\$ 3.000,00

• Estratégia
poupar 250,00 até outubro de 2021 para conseguir comprar as passagens com antecedência e tentar aproveitar alguma promoção.

Agora que você já sabe como redigir uma meta de forma clara, vamos falar de duas metas que são muito importantes para você criar e realizar: a meta para quitação de dívidas (caso existam) e a meta de reserva de emergência

Quitar dívidas

Como vimos no conteúdo anterior, ter dívidas pode deixar o seu orçamento muito apertado e até no vermelho, sendo assim, quanto antes você sair delas, melhor será para a sua saúde financeira.

Uma vez listada todas as suas receitas e despesas e realizado o processo de renegociação ou troca de dívida por uma mais barata, é hora de você pensar nos esforços que serão necessários no seu orçamento.

Veja abaixo alguns exemplos de metas redigidas para o objetivo de quitar dívidas:

Exemplo

Redução de despesas para ajudar a pagar empréstimo

Eu preciso economizar R\$ 100,00 por mês para quitar meu empréstimo que possui saldo devedor de R\$

1.000,00 (com juros de 3% ao mês) até agosto de 2021, para isso, vou cancelar temporariamente a minha assinatura de TV que possui o valor de R\$ 100,00 por mês.

Ter renda extra para quitar parcelas do financiamento

Eu preciso conseguir uma renda extra de 200,00 por mês para quitar até abril de 2021 as parcelas em atraso do meu financiamento.

Esses são alguns exemplos, mas você pode definir outras metas de redução de despesas ou aumento de receitas que se ajustem a sua realidade.

Alguns esforços e até sacrifícios precisarão ser feitos, mas lembre-se: isso será para o seu bem!

Reserva de Emergência

Afinal, o que é a reserva de emergência e porque ela deve ser uma meta financeira prioritária?

A reserva de emergência nada mais é do que um dinheiro disponível para ser usado em casos de emergência.

Assim, liquidação de roupas, sapatos, equipamento fitness, viagens de férias, cinema, barzinho não são itens de emergência, logo, sua reserva de emergência não deve ser destinada a pagar os itens mencionados, ou qualquer outra situação que você possa imaginar que não seja arcar com um custo inesperado para manter o essencial na sua vida.

Então quando usar o dinheiro da reserva de emergência?

A situação mais comum é o desemprego. Contudo, quando se perde a fonte de renda principal ou a redução no valor recebido, até que você seja capaz de retomar a atividade e gerar renda mensal suficiente para você se manter, o valor que te manterá será a reserva de emergência.



Compra de remédios **Tratamento de saúde** **Necessidades urgentes**

Quem deve ter reserva de Emergência?

A resposta é: **todo mundo.**

Seja pessoa física ou pessoa jurídica, com a pandemia instalada no Brasil, observou-se que muitas pessoas e empresas não estavam preparadas para ficar sequer um mês sem trabalhar. O que pode acontecer por diversos outros motivos.

Exemplo: Uma empresa pode ser interdita para que seja cumprida normas de segurança do trabalho. Se não tiver como arcar com o fechamento e os custos para regularização, a Empresa pode ir à falência, assim, a mesma lógica indicada para pessoa física pode ser aplicada para pessoa jurídica.

Outro exemplo está relacionado com os trabalhadores autônomos, que não possuem uma renda fixa por mês (diferente dos trabalhadores registrados como CLT) e podem precisar de recursos para pagamento de alguma despesa emergencial.

Bom, agora você deve estar se perguntando, “Já entendi o que é e para que serve a reserva de emergência. Mas de quanto (\$) estamos falando e como ter uma reserva?”

O valor da reserva de emergência deve ser suficiente para manter o seu padrão de vida por um período entre 6 meses e 1 ano, para quem é registrado como CLT, e, entre 1 ano e 1 ano e meio, para quem trabalha de forma autônoma. Dessa forma, você precisa olhar novamente para sua lista de receitas e despesas e ver o que gasta,

Exemplo para quem recebe salário mensal: se a despesa mensal for de R\$ 1.000,00, a reserva deve ser de, no mínimo, R\$ 6.000,00.

Exemplo para quem é autônomo e não possui uma renda mensal fixa: se a despesa mensal for de R\$ 1.000,00, a reserva deve ser de, no mínimo, R\$ 12.000,00.

Como chegar ao valor da sua realidade? Via de regra você tem que manter o padrão de vida, ou seja, conseguir continuar arcando com tudo que você paga hoje sem reduzir nada. Mas há coisas que não se pode abrir mão, por serem vitais para viver (as que chamamos de despesas prioritárias):

- Habitação: água, luz, aluguel/financiamento, alimentação.
- Transporte.
- Saúde: convênio médico e medicamentos de uso regular.

Você deve incluir a formação da reserva de emergência entre os pontos essenciais da sua meta. O quanto antes você formá-la, mais confortável ficará, pois terá recursos para se manter se algo der errado. No mundo ideal a reserva deve ser formada e nunca usada, mas vai que precisa, né?! Ela estará lá te esperando!

Vale lembrar que nenhuma meta financeira deve ser um terror para cumprir. Entenda que, quando você diz um não hoje para cumprir uma meta, na verdade você está dizendo um sim para o seu objetivo, e isso não irá durar para sempre!

Exemplo

Você deixa de ir toda semana ao cinema ou de sair para jantar fora, isso tudo, para economizar para uma reserva de emergência. Veja que você disse não a esses prazeres, porém, assim que você tiver o valor equivalente à sua reserva de emergência, você pode voltar a essas atividades. Muitas vezes não é necessário parar de fazer algo, basta reduzir a frequência. Trate a formação da reserva de

Metas de curto, médio e longo prazo

Agora que você já sabe da importância e de quanto precisa para formar sua reserva de emergência, você deve encaixá-la dentro das suas metas financeiras (utilizando o passo a passo que citamos acima). Como a realidade de cada indivíduo é diferente, a reserva de emergência deve estar entre as metas de curto e médio prazo. Falando sobre os prazos das metas, veja abaixo como classificá-las:

Metas financeiras de curto prazo: são aquelas que você pretende atingir entre 6 meses a um ano. Exemplo: quitar uma dívida menor, realizar um curso de curta duração, comprar um móvel novo.

Metas financeiras de médio prazo: são aquelas que você pretende atingir entre 1 a 5 anos e pode precisar de mais recursos. Exemplo: fazer a reforma da casa, realizar uma viagem, comprar um carro.

Metas financeiras de longo prazo: são aquelas que você pretende atingir com no mínimo 5 anos ou que estejam relacionadas com a qualidade de vida para o seu futuro. Exemplo: comprar uma casa, formar a sua reserva para a aposentadoria.

Para ajudar no cumprimento das suas metas, é importante buscar algum tipo de investimento no qual você tenha de poupar mensalmente e ainda possa contar com a rentabilidade ao longo do tempo.

Vale ressaltar que, para as metas de médio e longo prazo, você que é participante da Visão Prev pode contar com a orientação da área de Investimentos para melhor aplicar seus recursos!

maisvisão

Para você que ainda não é participante da Visão Prev, recentemente foi lançado o Plano Mais Visão, plano de investimentos voltado para familiares e participantes dos demais planos, que permite acumular dinheiro para realizar sonhos, como uma viagem ou para pagar a faculdade de um filho, ou ainda se preparar para ter uma aposentadoria mais tranquila.

Nesse mais novo plano administrado pela Visão Prev, você pode conciliar liquidez, de forma planejada ou no caso do surgimento de algum imprevisto, com o acúmulo de recursos, contando a gestão de especialistas para administrar seu dinheiro. No link (<https://maisvisao.visaoprev.com.br/>), você tem mais informações sobre o Mais Visão e pode acessar a ferramenta para fazer simulações que vão ajudar a estruturar melhor o caminho para você realizar sonhos para você ou para pessoas que você gosta.

Para finalizar esse tema, queremos destacar outros pontos:

- Cada pequeno passo importa, comemorar as pequenas vitórias é fundamental para se manter motivado e engajado!
- Grandes mudanças e grandes projetos podem levar tempo, mas é preciso começar e estar disposto, não desista!
- Não se compare com outros, pois cada um tem uma realidade de vida diferente da sua, siga a sua trajetória e busque a sua melhoria contínua!
- Não se culpe se os planos não saírem como você imaginou a princípio, talvez você tenha que revisar suas metas e

“recalcular a rota”, mas isso é completamente normal, pois mudanças podem acontecer ao longo do caminho, o que você precisa mesmo é ter foco e clareza dos seus objetivos e tudo será uma questão de tempo para que você possa realizar o que deseja!

Agora sim você conseguirá utilizar as ferramentas e aplicativos de organização financeira a seu favor! Passamos por todas essas etapas e você conseguirá reunir todas as informações, criar e organizar o seu orçamento de forma que seja efetivo para você! Você pode testar aplicativos disponíveis (Mobills, Organizze, Guia Bolso, Minhas Economias) ou baixar a planilha disponível no Instagram da Visão Prev e adequá-la a sua realidade!



Semana 6
Sistema Financeiro Nacional

Sistema Financeiro Nacional



1. Órgãos de regulação, autorregulação e fiscalização

- O Sistema Financeiro Nacional tem o importante papel de
1. Bancos Múltiplos fazer a intermediação de recursos entre
 2. Bancos Múltiplos e agentes econômicos superavitários e os deficitários de recursos, tendo como resultado um crescimento da atividade produtiva.

Conselho Monetário Nacional – CMN

Órgão Máximo do Sistema Financeiro Nacional.
Composição: Ministro de Estado da Economia (Presidente), Presidente do Banco Central do Brasil e o Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia

Principal atribuição: fixar as diretrizes e normas da Política Cambial, Monetária e de Crédito. Demais objetivos e competências: Autorizar as emissões de Papel Moeda; Fixar as diretrizes e normas da Política Cambial, Monetária e de Crédito, inclusive quanto à compra e venda de ouro; Disciplinar o Crédito em todas as modalidades; Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões entre outras; Determinar o Percentual de recolhimento de compulsório; Regular as operações de redesconto; Regular a constituição, o funcionamento e a fiscalização de todas as instituições financeiras que operam no País.

Banco Central do Brasil – Bacen

Autarquia vinculada ao Ministério da Economia. Diretoria colegiada composta de até 9 membros (Presidente + 8 Diretores), todos nomeados pelo Presidente da República. Sujeito à aprovação no Senado. Principal órgão executivo do sistema financeiro. Faz cumprir todas as determinações do CMN.

Principais atribuições e competências: Formular e executar as políticas monetárias e cambiais, de acordo com as diretrizes do Governo Federal; Executar as diretrizes e normas do CMN; Regular e administrar o Sistema Financeiro Nacional; Conduzir a política monetária; Administrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e o meio circulante; Emitir papel-moeda; Receber os recolhimentos compulsórios dos bancos; Autorizar e fiscalizar o funcionamento das instituições financeiras, punindo-as, se for o caso; Controlar o fluxo de capitais estrangeiros; Exercer o controle do crédito.

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Entidade autárquica, vinculada ao governo através do Ministério da Economia. O presidente e seus diretores são escolhidos diretamente pelo Presidente da República. Órgão normativo voltado para desenvolvimento do mercado de títulos e valores mobiliários.

Principais títulos e valores mobiliários: ações, debêntures, fundos de investimentos, CRI, CRA, bônus de subscrição, e opções de compra e venda de mercadorias. Objetivos da CVM: Estimular investimentos no mercado acionário; Fixar e implementar as diretrizes e normas do mercado de valores mobiliários; Assegurar o funcionamento das Bolsas de Valores e Mercado de Balcão Organizado; Proteger os titulares contra a emissão fraudulenta, manipulação de preços e outros atos ilegais; Fiscalizar a emissão, o registro, a distribuição e a negociação dos títulos emitidos pelas sociedades anônimas de capital aberto.

Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc

É uma entidade governamental autônoma, constituída sob a forma de autarquia especial vinculada ao Ministério da Economia, tem como finalidade de fiscalizar e supervisionar as entidades fechadas de previdência complementar e de executar políticas para o regime de previdência complementar (Entidade que fiscaliza e supervisionar a Visão Prev).

As suas principais competências estão definidas na lei nº 12.154, de 2009, em seu artigo 2º, e são:

- Proceder à fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e suas operações;
- Apurar e julgar as infrações, aplicando as penalidades cabíveis;
- Expedir instruções e estabelecer procedimentos para a aplicação das normas relativas à sua área de competência, de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC;
- Autorizar: a constituição e o funcionamento das entidades

fechadas de previdência complementar, bem como a aplicação dos respectivos estatutos e regulamentos de planos de benefícios; as operações de fusão, de cisão, de incorporação ou de qualquer outra forma de reorganização societária, relativas às entidades fechadas de previdência complementar; a celebração de convênios e termos de adesão por patrocinadores e instituidores, bem como as retiradas de patrocinadores e instituidores; e as transferências de patrocínio, grupos de participantes e assistidos, planos de benefícios e reservas entre entidades fechadas de previdência complementar;

- Harmonizar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar com as normas e políticas estabelecidas para o segmento;
- Decretar intervenção e liquidação extrajudicial das entidades fechadas de previdência complementar, bem como nomear interventor ou liquidante, nos termos da lei;
- Promover a mediação e a conciliação entre entidades fechadas de previdência complementar e entre estas e seus participantes, assistidos, patrocinadores ou instituidores, bem como dirimir os litígios que lhe forem submetidos na forma da lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Superintendência de Seguros Privados – Susep

É uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Economia, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Apesar de ser uma entidade supervisora, a Susep também é responsável por regular os mercados em que está inserida, sempre respeitando as diretrizes do órgão normativo – neste caso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Compete também à Susep:

- Fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP;
- Atuar no sentido de proteger a captação de poupança popular que se efetua através das operações de seguro, previdência privada aberta, de capitalização e resseguro;
- Zelar pela defesa dos interesses dos consumidores dos mercados supervisionados;
- Promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos operacionais a eles vinculados, com vistas à maior eficiência do Sistema Nacional de Seguros Privados e do Sistema Nacional de Capitalização;
- Promover a estabilidade dos mercados sob sua jurisdição, assegurando sua expansão e o funcionamento das entidades que neles operem;
- Zelar pela liquidez e solvência das sociedades que integram o mercado; Disciplinar e acompanhar os investimentos daquelas entidades, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas;
- Cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e exercer as atividades que por este forem delegadas;
- Prover os serviços de Secretaria Executiva do CNSP.

2. Bancos Múltiplos



Os bancos múltiplos surgiram a fim de racionalizar a administração das instituições financeiras. Suas principais atividades são: negociação e distribuição de títulos e valores mobiliários; administração de recursos de terceiros; intermediação de câmbio e intermediação de derivativos. Para configurar a existência do banco múltiplo, ele deve possuir pelo menos duas das carteiras mencionadas, sendo uma delas comercial ou de investimentos. As Sociedades de Crédito Financiamento e Investimento, podem conceder empréstimos para financiamento de capital de giro e capital fixo.

Bancos Comerciais

São a base do sistema monetário. São intermediários financeiros que recebem recursos de quem tem (captação) e os distribuem através do crédito seletivo a quem necessita de recursos (aplicação), criando moeda através do efeito multiplicador do crédito. O objetivo é fornecer crédito de curto e médio prazos para pessoas físicas, comércio, indústria e empresas prestadoras de serviços.

Captação de Recursos (Operações Passivas): Depósitos à vista: conta corrente; Depósitos a prazo: CDB, RDB; Letra Financeira; Recursos de Instituições financeiras oficiais; Recursos externos; Prestação de serviços: cobrança bancária, arrecadação e tarifas e tributos públicos, etc.

Aplicação de Recursos (Operações Ativas): Desconto de Títulos; Abertura de Crédito Simples em Conta Corrente: Cheques Especiais; Operações de Crédito Rural, Câmbio e Comércio internacional. Comentário: Para diminuir a criação de moedas feita pelos bancos comerciais, o BACEN utiliza o Depósito Compulsório.

Bancos de Investimento

São instituições criadas para conceder créditos de médio e longo prazos para as empresas. Instituições de natureza privada, reguladas e fiscalizadas pelo BACEN e CVM. Tipos de Crédito:

- Podem manter contas correntes, desde que essas contas não sejam remuneradas e não movimentáveis por cheques (Resolução 2.624).
- Administração de fundos de investimentos;
- Abertura de capital e subscrição de novas ações de uma empresa (IPO);
- Capital de Giro;
- Capital Fixo (investimentos): sempre acompanhadas de projeto;
- Captam recursos através de CDB/RDB ou venda de cotas de fundos;
- Também podem captar recursos via emissão de Letra Financeira.

Comentário: Com o crescimento do Mercado de Capitais, cada vez mais torna-se importante a presença dos bancos de Investimento.



B3

A B3 surgiu sob o formato atual após a fusão da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) com a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 22 de março de 2017.

Uma Bolsa de Valores é peça fundamental para o bom funcionamento do Mercado de Capitais, que é o mercado em que as empresas acessam diretamente os investidores para captar recursos. As companhias precisam de recursos para investir em seus projetos e, por outro lado, os investidores necessitam de remuneração para valores financeiros que estão disponíveis.

A bolsa opera um elenco completo de negócios com ações, derivativos, commodities, balcão e operações estruturadas. As negociações se dão em pregão eletrônico e via internet, com facilidades de homebroker. São associações privadas civis que têm o objetivo de efetuar o registro, a compensação, a liquidação física e financeira das operações realizadas em pregão ou sistema eletrônico. Entretanto, desde 28 de janeiro de 2000, com a resolução nº 2690 do Bacen, as bolsas de valores puderam passar a visar lucro e a ser constituídas sob a forma de sociedades anônimas (S.A). Sofrem fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), porém, possuem status de autorreguladoras, já que são responsáveis por estabelecer diversas regras relativas ao funcionamento dos mercados que administra e à atuação dos intermediários que a acessam.

Deveres e Obrigações

- Manter equilíbrio entre seus interesses próprios e o interesse público a que deve atender, como responsável pela preservação e autorregulação dos mercados por ela administrados.

- Cabe à entidade administradora aprovar regras de organização e funcionamento dos mercados e as normas de conduta necessárias ao seu bom funcionamento e à manutenção de elevados padrões éticos de negociação nos mercados por ela administrados.

- As regras de negociação deve coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados em seus ambientes; Assegurar igualdade de tratamento às pessoas autorizadas a operar em seus ambientes;

- Evitar ou coibir práticas não-equitativas em seus ambientes;

- Fixar as variações de preços e quantidades ofertadas, em seu ambiente de negociação que for caracterizado como centralizado e multilateral, que exige a adoção de procedimentos especiais de negociação, bem como os procedimentos operacionais necessários para quando tais variações forem alcançadas, respeitadas as condições mínimas que forem estabelecidas pela CVM em regulamentação específica.

Conceito Básicos de Economia

Indicadores Econômicos

PIB (Produto Interno Bruto)

É a soma de todos os bens e serviços produzidos em um país durante certo período. Isso inclui do pãozinho até um avião produzido pela Embraer, por exemplo. O índice só considera os bens e serviços finais, de modo a não calcular a mesma coisa duas vezes. A matéria-prima usada na fabricação não é levada em conta.

O PIB é obtido pela equação: $PIB = Consumo + Investimentos + Gastos do Governo + Saldo da Balança Comercial (Exportação - Importação)$

Fórmula do PIB sob a ótica do Consumo = Consumo + Investimentos + Gastos do Governo + Exportações Líquidas. O cálculo do PIB deve considerar apenas o valor agregado, descontando sempre o valor dos insumos.

IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)

Índice Oficial de inflação do Brasil é calculado pelo IBGE, divulgado mensalmente e é utilizado como referência para META de inflação definida pelo CMN para o COPOM. O objetivo do IPCA é abranger as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 40 salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, Brasília e município de Goiânia.

IGP-M (Índice Geral de Preço ao Mercado)

Calculado pela FGV e divulgado mensalmente o IGP-M/FGV é composto pelos índices: 60% do Índice de Preços por Atacado (IPA); 30% Índice de Preços ao Consumidor (IPC); 10% Índice Nacional de Custo de Construção (INCC). O índice que mais afeta o IGP-M é o IPA.

Selic

A Selic é a taxa básica de juros da economia. É o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação. Ela influencia todas as taxas de juros do país, como as taxas de juros dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras.

A taxa Selic refere-se à taxa de juros apurada nas operações de empréstimos de um dia entre as instituições financeiras que utilizam títulos públicos federais como garantia. O BC opera no mercado de títulos públicos para que a taxa Selic efetiva esteja em linha com a

meta da Selic definida na reunião do Comitê de Política Monetária do BC (Copom).

Selic Meta x Selic Over

O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) é dividido em dois: Selic Meta e Selic Over.

A Selic Meta é definida pelo Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central). A entidade se reúne oito vezes ao ano para estudar e aplicar medidas relacionadas à nossa moeda. Dentre elas, está a definição de um valor para a Selic durante determinado período.

A Selic Over é conhecida por ser, efetivamente, a taxa de juros praticada. Ou seja, ela é o valor que o mercado realmente consegue encontrar, de acordo com as operações.

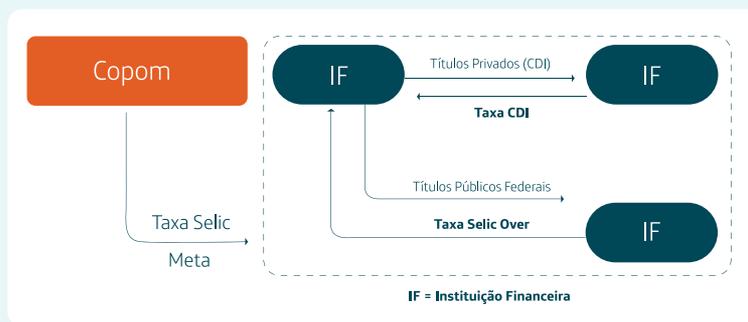
A taxa Selic Over taxa apurada no Selic, obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido Sistema na forma de operações compromissadas. A taxa Selic Meta é Definida pelo Copom, com base na Meta de Inflação. É a Selic Meta que regula a taxa Selic over assim como todas as outras taxas do Brasil. Comentário: A Selic over pode ser alterada diariamente (dias úteis), pois se trata de uma média das taxas de negociação dos TPF, enquanto a Selic Meta só é alterada pelo Copom, através de reuniões ordinárias ou extraordinárias.

CDI (Certificado de Depósito Interbancário)

Os Certificados de Depósito Interbancário são os títulos de emissão das instituições financeiras, que lastreiam as operações do mercado interbancário. Suas características são idênticas às de um CDB, mas sua negociação é restrita ao mercado interbancário. Sua função é, portanto, transferir recursos de uma instituição financeira para outra. Em outras

palavras, para que o sistema seja mais fluido, quem tem dinheiro sobrando empresta para quem não tem. A taxa média diária do CDI é utilizada como parâmetro para avaliar a rentabilidade de fundos, como os DI, por exemplo. O CDI é utilizado para avaliar o custo do dinheiro negociado entre os bancos, no setor privado e, como o CDB (Certificado de Depósito Bancário), essa modalidade de aplicação pode render taxa de prefixada ou pós-fixada.

CDI x Selic



TR (Taxa Referencial)

Ela representa a Taxa Básica Financeira (TBF) deduzida de um redutor (R), da seguinte forma: A TBF de um mês é uma média ponderada entre as taxas médias das LTNs (Letra do Tesouro Nacional) com vencimentos imediatamente anterior e imediatamente posterior ao prazo de um mês, seguida da aplicação, ao valor resultante, de um fator multiplicativo fixado em 0,93. A TR é utilizada na remuneração dos títulos da dívida agrária (TDA), dos recursos das cadernetas de poupança e do FGTS. É competência do BACEN calcular e divulgar a TR.

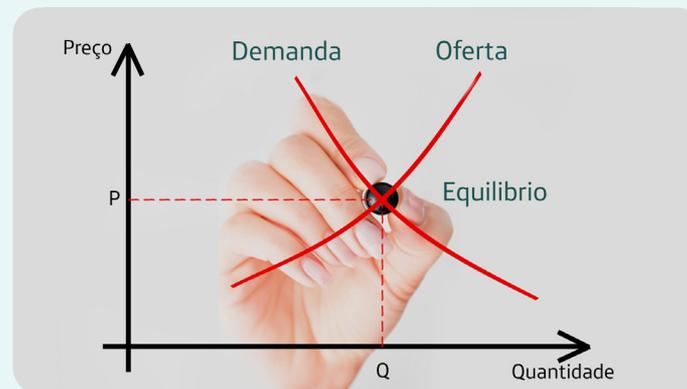
Política Monetária

Em junho de 1999 o Brasil passou a adotar as “Metas de Inflação” (definida pelo C.M.N). Índice utilizado na meta é o IPCA. É composto pela diretoria colegiada do BACEN. É o Copom quem define a taxa de juros Selic – Meta. Reunião em dois dias (terças e quartas), sendo o primeiro dia reservado para apresentação de dados e discussões e no segundo dia acontece a votação e definição da taxa de juros. Calendário de reuniões (8 vezes ao ano) divulgado em até o fim de outubro, podendo reunir-se extraordinariamente, desde que convocado pelo Presidente do Banco Central. Divulgação da ATA de reunião em 6 dias úteis em português e 7 em Inglês; Caso a Inflação (medida pelo IPCA) ultrapasse a meta estipulada pelo C.M.N (somado o intervalo de tolerância), o Presidente do Banco Central deve explicar os motivos do não cumprimento da meta através de uma Carta Aberta ao Ministro da Economia.

Conjunto de medidas adotadas pelo Governo visando adequar os meios de pagamento disponíveis às necessidades da economia do país, bem como, controlar da quantidade de dinheiro em circulação no mercado e que permite definir as taxas de juros com os instrumentos: Depósito compulsório; Operações de Redesconto; Open Market (operações de mercado aberto).

Relação entre Juros e Atividade Econômica

Por que juros altos impactam na atividade econômica (PIB)? Com um cenário de juros altos, o crédito fica mais caro (custo do dinheiro), com isso as pessoas consomem menos (menos compras), resultando em uma atividade econômica menor (indústrias produzem menos, pois a demanda está menor). Já em um cenário de juros baixos, o crédito fica mais barato (custo do dinheiro), com isso as pessoas consomem mais (mais compras), resultando em uma atividade econômica maior. Porém, esse aquecimento na demanda (procura por produtos/serviços) irá gerar um aumento nos preços (lei da oferta e demanda), gerando muitas vezes inflação (que se estiver em um nível muito alto não é positivo para o país).



Política Fiscal

Conjunto de medidas adotadas pelo Governo, dentro do orçamento do Estado, que visam obter as rendas indispensáveis à satisfação das despesas públicas. Chamamos de política fiscal as decisões do governo sobre como e quando irá arrecadar de tributos (impostos, taxas e contribuições) e sobre quanto e de que forma irá gastar os recursos disponíveis.

Política Cambial

Política federal que orienta o comportamento do mercado de câmbio e da taxa de câmbio. O Brasil adota um regime de Política Cambial Flutuante sem Banda Cambial. Em um regime de taxas perfeitamente flutuantes o Bacen não intervém no mercado, permanecendo inalterado as reservas internacionais.

Taxa de câmbio é o preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra moeda.

- PTAX: é a taxa que expressa à média das taxas de câmbio praticada no mercado interbancário. Divulgada pelo BACEN.

Todas as operações devem ter registro obrigatório no SISBACEN pelas instituições autorizadas por ele a atuar. DÓLAR Spot: Taxa à vista.

- DÓLAR: Taxa negociada no mercado futuro (Contratos a termo).

Referências

<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic> – BANCO CENTRAL DO BRASIL

Livro – Mercado Financeiro – Produtos e Serviços – Eduardo Fortuna



#Semana 7

Taxas de Juros

Taxas de Juros



O que é taxa de juros e como funciona

Vamos entender como funcionam os juros em relação a uma quantidade de dinheiro em um determinado período. Basicamente, os juros são uma remuneração percentual paga a quem disponibiliza um empréstimo ou realiza um investimento. Na prática, eles funcionam como uma compensação pelo tempo em que o dinheiro ficou emprestado ou investido. É muito importante saber como funciona uma taxa de juros porque ela está presente em diversos momentos do nosso dia a dia, como cheque especial, cartão de crédito, aplicações financeiras, empréstimos, entre outros.

Juros simples

Os juros simples são negociados com antecedência e não mudam com o passar do tempo, eles se refletem apenas no valor inicial do empréstimo ou do investimento.

Juros compostos

Esse tipo de juros também é conhecido como "juros sobre juros", ou seja, é algo que continua agindo durante toda a duração do empréstimo, débito ou investimento. Dessa forma, a atualização é feita sobre o valor inicial e também sobre os juros dos meses anteriores. Precisamos ter cuidado com negociações feitas com juros compostos, principalmente quando age contra nós, como no cheque especial, porque provoca um efeito de "bola neve" em que quanto mais tempo você deixa de pagar, maior fica o valor da sua dívida. Em compensação, quando utilizamos esse tipo de juros a nosso favor, podemos ganhar muito com ele, como exemplo, temos as contribuições para os planos de previdência: quanto mais cedo você começar a poupar, mais seu dinheiro vai render com o efeito dos juros sobre juros.

Juros de mora

Juros de mora ou moratória reincidentem sobre o valor de acordo com o período de atraso, ou seja, quem não cumpre o combinado dentro do prazo deve arcar com essa indenização adicional.

Juros nominais

Os juros nominais envolvem as correções monetárias sobre o valor em questão. Em geral, os financiamentos são calculados levando em conta esse tipo de juros, porque ele considera a inflação do momento do

Juros reais

Funcionam de maneira contrária aos nominais, não incluindo correção monetária e inflação em seu cálculo. Conseqüentemente, se a inflação em um período for igual a zero, tanto os juros nominais quanto os juros reais terão valores idênticos. acordo.

Diferença entre taxa fixa e taxa variável

Taxa fixa e variável são termos muito usados no mercado financeiro, mas também têm muito a ver com outras áreas. Se você pretende conhecer e entender sobre títulos do Tesouro Direto, por exemplo, vale a pena conhecê-las.

Taxa variável

Em acordos ou negociações feitas com taxas variáveis, os juros cobrados podem variar ao longo do tempo. Com esse tipo de taxa, é praticamente impossível saber exatamente os rumos que os juros vão tomar. É uma incerteza, que pode trazer resultados bons ou ruins, dependendo das variações ocorridas. Podemos dizer que os investimentos classificados como pós-fixados têm um funcionamento muito semelhante ao dessas taxas. Por exemplo, um título de Tesouro pós-fixado pode estar vinculado à taxa Selic, conforme a variação da taxa Selic a rentabilidade pode alterar seja trazendo maiores ou menores rendimentos.

Taxa fixa

No momento de investir ou fazer um empréstimo, quando escolhe a taxa fixa, você já sabe quais serão os juros aplicados, não existindo surpresas negativas ou positivas e você pode prever a rentabilidade. No universo das aplicações financeiras, taxas fixas funcionam no estilo prefixado, pois você consegue saber com precisão qual será a rentabilidade acordada no momento da compra do título público. Portanto, por mais que o mercado e economia sofram grandes alterações, as taxas fixas são mantidas durante todo o período contratado.

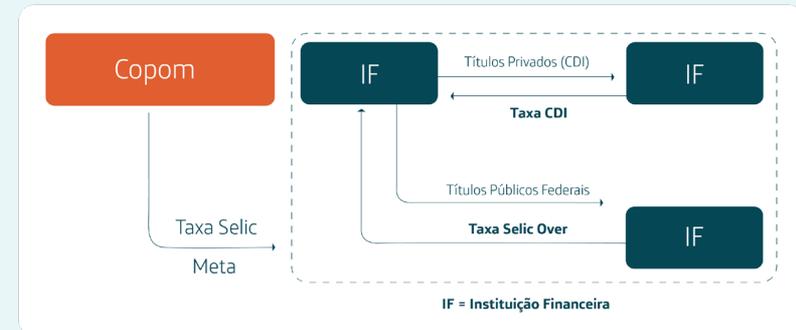
No conteúdo passado, em Indicadores Econômicos, falamos sobre as taxas SELIC, CDI, TR, IPCA e IGP-M, vamos recordar?

Taxa Selic

A taxa Selic também é conhecida como a taxa básica de juros do nosso país. Ela tem uma enorme importância na economia brasileira, porque exerce impacto em outros juros, além de ser um dos principais indicadores utilizados em títulos de renda fixa. O valor dela é definido pelo próprio Banco Central, a partir da reunião do COPOM (Comitê de Política Monetária).

Taxa CDI

Os Certificados de Depósito Interbancário são os títulos de emissão das instituições financeiras, que lastreiam as operações do mercado interbancário. Suas características são idênticas às de um CDB (certificado de depósito bancário), mas sua negociação é restrita ao mercado interbancário. Sua função é, portanto, transferir recursos de uma instituição financeira para outra. Em outras palavras, para que o sistema seja mais fluido, quem tem dinheiro sobrando empresta para quem não tem.



TR (Taxa Referencial)

A TR é utilizada como taxa de referência em alguns financiamentos ou investimentos. A TR é utilizada também na

remuneração dos títulos da dívida agrária (TDA), dos recursos das cadernetas de poupança e do FGTS. Compete ao BACEN calcular e divulgar a TR. Se você investe na poupança, já deve ter escutado falar da TR.

Taxa IPCA

É uma taxa que aponta a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 e 40 salários-mínimos. O governo federal usa o IPCA como o índice oficial de inflação do Brasil. Portanto, ele serve de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.

IGP-M

Índice geral de preços do mercado calculado pela FGV. Divulgado mensalmente. IGP-M/FGV é composto pelos índices, sendo mais afetado pelo IPA:

- 60% do Índice de Preços por Atacado (IPA);
- 30% Índice de Preços ao Consumidor (IPC);
- 10% Índice Nacional de Custo de Construção (INCC).

O que difere o IGP-M/FGV e o IGP-DI/FGV é que as variações de preços consideradas pelo IGP-M/FGV referem ao período do dia vinte e um do mês anterior ao dia vinte do mês de referência e o IGP-DI/FGV refere-se a período do dia um ao dia trinta do mês em referência.

Esse índice é também conhecido como índice do aluguel, pois a maioria dos contratos imobiliários utiliza o IGP-M para reajuste

Impactos de Alterações das Taxas de Juros



A Selic tem influência em todas as taxas de juros do país, como dos empréstimos, financiamentos e das aplicações financeiras. Quando o BC altera a meta da Selic para baixo, a rentabilidade dos títulos atrelados a ela cai e, com isso, o custo dos bancos também diminui. Assim, uma redução da Selic, por exemplo, deve fazer com que os juros cobrados pelas instituições financeiras em empréstimos também caiam. O contrário ocorre quando a Selic aumenta: o custo dos bancos sobe e eles passam a cobrar mais pelos empréstimos.

- Elevação nas taxas de juros, Selic, compulsório ou redesconto pode ocasionar: controle da Inflação, desaceleração da economia, desemprego (pela consequência na redução da Atividade Econômica), queda no PIB.
- Redução nas taxas de juros, Selic, compulsório ou redesconto pode ocasionar: aumento na inflação, aceleração da economia, redução do nível de desemprego (aumento da atividade econômica), aumento no PIB.

An underwater photograph of a swimmer in a pool, viewed from below. The swimmer is in a streamlined position, moving from left to right. The water is clear, and the pool floor and walls are visible. The lighting is bright, creating a high-contrast scene. The text is overlaid on the left side of the image.

#Semana 8

Principais Papéis Negociados no Mercado Local

Principais Papéis Negociados no Mercado Local



Renda Fixa

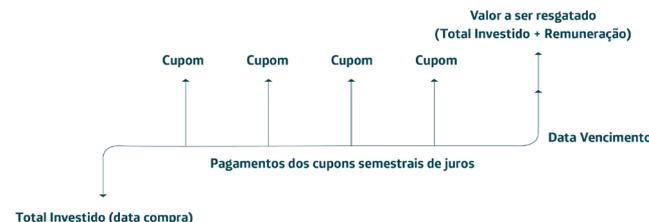
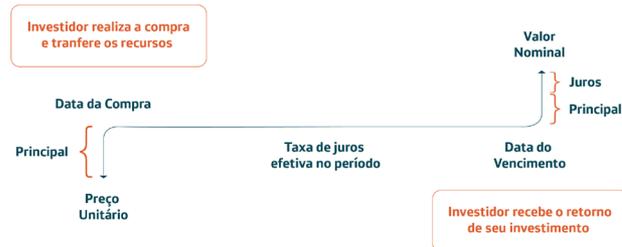
É um termo que se refere a qualquer tipo de investimento que possui regras de remuneração definidas no momento da aplicação no título. Essas regras estipulam o prazo e a forma que a remuneração será calculada e paga ao investidor.

Existem dois tipos de remuneração dos Investimentos em renda fixa:

- Pré-Fixada: Um título é pré-fixado quando o valor dos rendimentos é conhecido no início da operação.
- Pós Fixada: Um título é pós-fixado quando o valor dos juros somente é conhecido no momento do resgate.

Amortização E Pagamentos De Juros

Os juros de um título podem ser amortizados com pagamento periódico de juros (com cupom) ou sem pagamento periódico de juros (zero cupom)



Títulos Públicos Federais

A dívida pública federal interna e externa é composta por títulos mobiliários que diferem entre si, conforme o contexto e a finalidade da emissão. Os TPF são títulos de Renda fixa, cujo rendimento (taxa de juros) é determinado no momento da compra do título.

Esse rendimento pode ter seu pagamento de forma pré-fixada ou pós-fixada. Para os títulos pós-fixados, por exemplo, existem diferentes indexadores, que variam conforme o tipo. Já aqueles, que não possuem indexadores, são os chamados títulos pré-fixados. A tabela abaixo apresenta as siglas e os títulos públicos com os tipos de indexadores:

TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS			
	Siglas	Nome	Rentabilidade
TÍTULOS PAGAMENTO DE JUROS SOMENTE NO VENCIMENTO.	LNT	Tesouro Prefixado	Deságio sobre o valor nominal (prefixado)
	LFT	Tesouro Selic	Selic (pós-fixado)
	NTN-B	Tesouro IPCA	Juros + IPCA
TÍTULOS COM CUPOM	NTN-B	Tesouro IPCA com juros semestrais	Juros + IPCA
	NTN-F	Tesouro Prefixado com juros semestrais	Deságio sobre o valor nominal (prefixado)

Todos os Títulos Públicos Federais são liquidados e custodiados no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e

Certificado de Depósito Bancário (CDB)

O CDB é um título privado para a captação de recursos de investidores pessoas físicas ou jurídicas, por parte dos bancos. O CDB pode ser emitido por bancos comerciais, bancos de investimento e bancos múltiplos.

Existem três principais tipos de CDB, categorizados de acordo com a forma que cada título rende: Títulos pós-fixados, Títulos pré-fixados (taxa DI e taxa Selic) e Títulos híbridos, iguais aos títulos públicos. Os CDBs não podem ser indexados à variação cambial.

Liquidez: O CDB pode ser negociado no mercado secundário e pode ser resgatado antes do prazo final, caso o banco emissor concorde em resgatá-lo, respeitado o prazo mínimo.

Garantias: Os CDBs estão cobertos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que garante até R\$ 250 mil por CPF.

Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

Apesar de também ser um título emitido por uma instituição financeira, não pode ser comercializado no mercado comum, entre investidores. A negociação é realizada, exclusivamente, entre as próprias instituições bancárias, no ambiente que é conhecido como mercado interbancário.

Se, por um lado, o CDB é a forma de investidores cederem dinheiro para bancos, por outro, o CDI é a forma de bancos emprestarem dinheiro para outros bancos, sendo isso fundamental para assegurar a fluidez de todo o sistema financeiro do setor bancário. Apesar de não ser possível investir em CDI, esses certificados são fundamentais para o mercado financeiro. Afinal, alguns investimentos apresentam a rentabilidade baseada na taxa DI.

Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)

O Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) é um título que gera um direito de crédito ao investidor, que terá direito a receber uma remuneração (geralmente juros) do emissor e,

Debêntures

O objetivo da emissão de uma debênture é de captação de recursos de médio e longo prazo para sociedades anônimas (S.A.) não financeiras de capital aberto (listadas na bolsa B3). As sociedades de arrendamento mercantil e as companhias hipotecárias estão também autorizadas a emitir debêntures.

Não existe padronização característica deste título, ou seja, a debênture pode incluir qualquer prazo de vencimento; pode ter amortização (pagamento do valor nominal) programada na forma anual, semestral, trimestral, mensal ou esporádica; pode oferecer remunerações através de correção monetária ou de juros.

Existe também a conversão da debênture em ações da companhia (debênture conversível), mas, como regra geral, o valor total das emissões de debêntures de uma empresa não poderá ultrapassar o seu capital social. As debêntures podem ter, na escritura de emissão, cláusula de resgate antecipado, que dá ao emissor (a empresa que está captando recursos) o direito de resgatar antecipadamente, parcial ou totalmente, as debêntures em circulação.

A função do agente fiduciário é proteger o interesse dos debenturistas, exercendo uma fiscalização constante e atenta e averiguando se as condições estabelecidas na escritura da debênture estão sendo cumpridas. A emissão pública de debêntures exige a nomeação de um agente fiduciário, que deve ser uma pessoa física capacitada ou uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central para o exercício dessa função e que tenha como objeto

periodicamente, ou quando do vencimento do título, receberá de volta o valor investido (principal). Não há investimento mínimo, porém a maior parte dos CRIs possui valor unitário de R\$300.000,00. Do ponto de vista do emissor, o CRI é um instrumento de captação de recursos destinados a financiar transações do mercado imobiliário e é lastreado em créditos imobiliários, tais como: financiamentos residenciais, comerciais ou para construções, contratos de aluguéis de longo prazo, entre outros.

Somente instituições específicas, denominadas securitizadoras, podem emitir o CRI. As companhias securitizadoras de créditos imobiliários são instituições não financeiras constituídas sob a forma de sociedade por ações, que têm por finalidade a aquisição e securitização desses créditos e a emissão e colocação, no mercado financeiro, de CRIs, podendo emitir outros títulos de crédito, realizar negócios e prestar serviços compatíveis com as suas atividades.

Os CRIs podem ter por remuneração uma taxa de juros pré-fixada ou uma das seguintes remunerações, ajustada para mais ou para menos, por taxa fixa; Taxa Referencial (TR) ou Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP), observado o prazo mínimo de um mês para vencimento ou repactuação; ou Taxas flutuantes, que são regularmente calculadas e de conhecimento público, tendo por base as operações contratadas a taxas de mercado pré-fixadas, com prazo não inferior ao período de reajuste estipulado contratualmente.

É admitida a estipulação de cláusula de reajuste, com periodicidade mensal, por índices de preços setoriais ou gerais ou pelo índice de remuneração básica dos depósitos de poupança, se forem emitidos com prazo de vencimento mínimo de 36 meses.

social a administração ou a custódia de bens de terceiros (exemplo: corretora de valores).

A debênture poderá, conforme dispuser a escritura de emissão, ter garantia real, garantia flutuante, garantia sem preferência, ou ser subordinada aos demais credores das empresas. As garantias mais importantes são:

Garantia real: é fornecida pela emissora, pressupõe a obrigação de não alienar ou onerar o bem registrado em garantia e tem preferência sobre outros credores, desde que averbada no registro;

Garantia flutuante: assegura à debênture o privilégio geral sobre o ativo da companhia, mas não impede a negociação dos bens que compõem esse ativo. Ela marca lugar na fila dos credores e está na preferência, após as garantias reais, dos encargos trabalhistas e dos impostos.

Letras Financeiras (LF)

A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo, dado que tem vencimento superior a dois anos. Em contrapartida, oferece aos investidores melhor rentabilidade do que outras aplicações financeiras com liquidez diária ou com prazo inferior de vencimento.

As letras financeiras podem ser emitidas por: Bancos Comerciais, Investimento e Múltiplo; Sociedades de crédito, financiamento e investimento; Caixas econômicas; Companhias hipotecárias; Sociedades de crédito imobiliário; BNDES.

A LF terá prazo mínimo de 24 meses para o vencimento, vedado o resgate, total ou parcial, antes do vencimento pactuado. A LF não pode ser emitida com valor nominal unitário inferior a R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Reais), enquanto a remuneração pode ser pré-fixada ou pós-fixada.

Renda Variável

É um termo aplicado para aqueles produtos, cujos rendimentos não são conhecidos, ou não podem ser previamente determinados, pois dependem de eventos futuros. Possibilitam maiores ganhos, porém o risco de eventuais perdas é maior também. O exemplo mais comum são as ações.

Ações

As ações representam a menor “fração” do capital social de uma empresa, ou seja, a unidade do capital nas sociedades anônimas. Quem adquire essas “frações” é chamado de acionista e vai ter uma participação na empresa, correspondente à quantidade de ações que detiver.

Os tipos de ações são:

Ordinárias (ON): garantem o direito a voto nas assembleias aos acionistas e as

Preferenciais (PN): têm preferência no recebimento de dividendos em relação às ações ordinárias; não possuem direito a voto; recebem 10% a mais de dividendos em relação às ações ordinárias e, caso a companhia fique 3 anos sem distribuir dividendos, passam a ter direito a voto.

Fundo de investimentos (FII)

Os Fundos de Investimento Imobiliário (FII) são compostos por grupos de investidores com o objetivo de aplicar recursos em diversos tipos de investimentos imobiliários, seja no desenvolvimento de empreendimentos ou em imóveis já prontos, como edifícios comerciais, shopping centers e hospitais.

O objetivo é conseguir retorno pela exploração de locação, arrendamento, venda do imóvel e demais atividades do setor.

Bibliografia

Definições retiradas do site da B3:

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/

Livro Mercado Financeiro – Eduardo Fortuna, 1994



#Semana 9
Informações sobre a
Previdência

Informações sobre a Previdência



Chegou a hora de abordarmos com mais detalhes o nosso segmento: a previdência complementar! Você já deve ter escutado o quanto é importante pensar no futuro (agindo agora) para que o pós-carreira seja vivido com muito mais tranquilidade, certo?

Nos próximos textos, falaremos sobre alguns aspectos importantes da previdência complementar, como características e benefícios e, também, traremos mais exemplos práticos para que você possa visualizar melhor as vantagens de ter um plano!

A previdência oficial nasceu com o objetivo de garantir ao trabalhador uma renda, após os anos de serviço, ou amparo ao trabalhador, que por motivos de doença ou incapacidade, não possa mais exercer as suas funções laborativas. Porém, a prática tem mostrado que o valor dos benefícios pagos pela previdência oficial não é suficiente para suprir as

necessidades do indivíduo na aposentadoria.

A previdência complementar, também conhecida como previdência privada, funciona como uma aplicação financeira, cujo objetivo é garantir uma renda complementar para quem não quer depender apenas dos valores pagos pela previdência social.

Atualmente, na previdência oficial, as contribuições arrecadadas pagam os benefícios de aposentadoria, ou seja, as contribuições descontadas hoje dos trabalhadores, ainda ativos, custeiam os benefícios das pessoas já aposentadas. Considerando isso, o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população, temos um desequilíbrio entre a arrecadação e o pagamento de benefícios, o que torna necessária uma reforma no regime de previdência oficial.

A previdência complementar, por sua vez, funciona como uma conta individual. O participante faz contribuições, que serão acumuladas e rentabilizadas ao longo do tempo formando um saldo de conta para pagamento do benefício de aposentadoria. Na previdência complementar, você ainda tem opções de escolha do regime de tributação, poderá realizar resgate antes da aposentadoria ou portar seus recursos para outro plano. Em algumas instituições, é possível também você escolher seu perfil de investimento.

Quais são os tipos de plano oferecidos pela previdência complementar?

Planos Abertos

São administrados por bancos ou instituições financeiras e são regulados pela SUSEP. Podem ser adquiridos por qualquer pessoa, diretamente com os bancos.

Planos Fechados

São destinados a um público específico e regulados pela Previc, como ocorre no caso da Visão Prev. Os participantes dos nossos planos são colaboradores ou ex-colaboradores do Grupo Telefônica. Além disso, agora há também os planos destinados aos familiares dos nossos participantes.

maisvisão

No caso da Visão Prev, foi lançado o Plano Mais Visão, plano de investimentos voltado para familiares e participantes dos demais planos, no qual você faz seu planejamento para acumular dinheiro para realizar sonhos, como uma viagem ou para pagar a faculdade de um filho, ou ainda se preparar para ter uma aposentadoria mais tranquila. No link <https://maisvisao.visaoprev.com.br/>, você pode verificar mais detalhes sobre o Plano Mais Visão.

Quais premissas devo considerar antes de aderir a um plano de previdência complementar?

- 1. Idade:** quando você deseja se aposentar.
- 2. Valor do benefício na aposentadoria:** verifique suas fontes de renda, as obrigações financeiras (aquelas que falamos também no post de organização financeira que são prioridade para pagamento, como plano de saúde por exemplo) e projete qual valor seria necessário para complementar sua renda mensal;
- 3. Estimar quanto tempo vai viver** (difícil pensar nisso, né? Mas é necessário pensar e falarmos a respeito);
- 4. Projetar uma rentabilidade** para ter uma noção de quanto será sua renda no futuro.

Parece complicado, né? Mas calma que a gente te ajuda!

Acesse nosso site e veja um simulador que a gente preparou para te dar um direcionamento!

É seguro investir em Planos de Previdência Fechado, alguém fiscaliza?

Sim, é seguro. A Previc é o órgão fiscalizador das Entidades de Previdência Complementar. Mas é importante mencionar que, acompanhar a gestão do plano, os acontecimentos, as estratégias e tomadas de decisão executadas pelas entidades, é também obrigação do contratante/participante. Por isso, ler os comunicados, acompanhar o desempenho da rentabilidade, participar das eleições de conselho, buscar informações através de canais de Relacionamento, são elementos necessários para deixar o participante mais seguro e alinhados com suas expectativas quanto ao plano.

Se a empresa que eu trabalho me oferece o benefício de Previdência Privada, e eu não faço Adesão, estou perdendo dinheiro?

Não, você não está perdendo dinheiro, mas com certeza está deixando de ganhar. Afinal, em geral, os planos de previdência oferecidos pelas empresas possuem contrapartida da patrocinadora (empresa), ou seja, sobre a sua contribuição ela contribui também.

Os percentuais de contrapartida variam de empresa para empresa, e de plano para plano. Mas o fato é, já é um investimento que você sai ganhando, independentemente do valor da contrapartida.

E se eu desistir no meio do caminho, perco meu dinheiro?

Não, o valor que o participante contribuiu sempre será dele, e poderá ser resgatado quando ele sair da empresa. O valor é pago com a rentabilidade, mas tem desconto de Imposto de Renda. Quando se fala/pensa em previdência complementar, o resgate de saldo será

sempre a opção menos vantajosa para o participante, já que a previdência complementar deve ser pensada, na maioria das vezes, como um "investimento para obter a complementação de renda na aposentadoria.

Contribuindo no meu plano de aposentadoria complementar, tenho algum tipo de incentivo fiscal?

Sim. O benefício fiscal dos planos privados fechados se dá por meio da dedução anual do valor investido no plano de previdência, até o limite de 12% da renda bruta anual.

Às vezes, o participante não se utiliza do seu incentivo fiscal integral através das contribuições mensais, e ele pode, se desejar, realizar aportes esporádicos ao plano para chegar ao valor total da isenção de 12%. No caso dos planos da Visão Prev, qualquer participante (ativo, aposentado, autopatrocinado e BPD) pode realizar aportes esporádicos e, através deles, beneficiar-se com o incentivo fiscal.

Veja no exemplo a seguir como funciona o incentivo fiscal, considerando uma Renda Bruta Anual de R\$ 120.000 e contribuições realizadas para o Plano Mais Visão:

	Sem previdência	Mais Visão
Renda Bruta	R\$ 120.000	R\$ 120.000
Contribuição no Mais Visão	0	R\$ 14.400
Contribuição INSS	R\$ 7.708	R\$ 7.708
Dependentes	R\$ 2.275	R\$ 2.275
Base de Cálculo	R\$ 110.017	R\$ 95.617
Imposto de Renda Devido	R\$ 19.822	R\$ 15.862
Incentivo Fiscal (economia)	0	R\$ 3.960

Como meu benefício/resgate será tributado?

Quando você adere a um Plano de Previdência Complementar, precisa fazer algumas escolhas, como por exemplo: qual será o percentual/valor que você contribuirá mensalmente, qual o perfil de investimento que você vai querer que suas contribuições sejam alocadas (no caso da Visão Prev, oferecemos 5!) e qual o regime de tributação que você vai escolher para ser tributado no momento em que você começar a gozar do seu Benefício Complementar de Aposentadoria.

De modo geral, as opções como valor de contribuição e perfil de investimentos podem ser alteradas (conforme o regulamento do plano), mas o Regime de Tributação não, essa é uma escolha irrevogável, por isso, é de extrema importância que você entenda (no detalhe) como funciona cada tabela, e embora a sua escolha só seja refletida em sua vida quando você passar a receber um benefício, essa, sem dúvida, é uma decisão muito importante que você terá de tomar, logo na "largada".

Vamos entender um pouco mais sobre Tabela de Tributação?

Abaixo, vamos detalhar para você como funciona cada uma das tabelas e, lembre-se: não existe regime de tributação bom ou ruim, existe aquele que é o adequado para você de acordo com seus objetivos perante o plano.

Você sabia que, para Planos de Previdência Complementar, existem dois tipos diferentes de tabela de tributação de Imposto de Renda? Pois é, o Regime Progressivo e o Regime Regressivo. Agora, vamos entender como funciona cada uma dessas tabelas.

Tabela Regressiva

Vamos começar pela tabela Regressiva de Imposto de Renda. Como você pode ver na tabela a seguir, existem faixas de Imposto de Renda separadas por anos, em que a cada 2 anos, a alíquota de Imposto de Renda reduz 5%. Isso acontece porque na tabela

Regressiva a alíquota do Imposto de Renda é definida pela idade da contribuição, ou seja, o investimento que você fez. Quanto mais antigo o investimento, menor será a alíquota de Imposto de Renda que você pagará, quando receber o recurso.

Prazo de permanência do investimento	Alíquota de IRF
Até 2 anos	35%
De 2 a 4 anos	30%
De 4 a 6 anos	25%
De 6 a 8 anos	20%
De 8 a 10 anos	15%
Mais de 10 anos	10%

Imagine que você tenha um plano de previdência complementar e fez uma contribuição em junho de 2020. Essa contribuição, como acabou de entrar no plano, está na faixa de 35% e ficará até Junho de 2022, pois em Julho de 2022, essa contribuição terá dois anos e um mês e cairá para faixa de 30%.

Para a contribuição que você fez em julho de 2020, em dois anos (julho/22), ela estará na faixa de 35% e somente em agosto de 2022 ela estará na faixa de 30%. Com isso, no decorrer do tempo, o seu saldo estará fragmentado em cada uma dessas faixas de Imposto de Renda, indo desde a contribuição mais antiga até a contribuição mais recente.

Se você se aposentar por essa tabela, a contribuição mais antiga será a primeira a ser utilizada para pagar seu benefício, pois a tabela regressiva utiliza o método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai). Dessa forma, quanto mais antiga for a sua contribuição, menor o Imposto de Renda que você pagará, limitado a 10%.

A tributação regressiva tem caráter exclusivo, ou seja, não é passível de compensação na Declaração do Imposto de Renda Anual.

Tabela Progressiva

A tabela Progressiva de Imposto de Renda é a mais conhecida justamente por ser a tabela que calcula o imposto de renda de pessoa física.

Base de cálculo anual em R\$	Alíquota %	Parcela e deduzir do imposto em R\$
Até R\$ 1.903,98	ISENTO	R\$ 0,00
De R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65	7,50%	R\$ 142,80
De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05	15,00%	R\$ 354,80
De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68	22,50%	R\$ 636,13
Acima de R\$ 4,664,68	27,50%	R\$ 869,36

Como você pode ver na tabela apresentada, conforme o valor da renda mensal aumenta, maior será alíquota de Imposto de Renda. Nessa tabela, é possível utilizar as deduções na base de cálculo, tais como: dependentes de Imposto de Renda, contribuições ao plano de previdência complementar, gastos com saúde, gastos com educação, entre outros.

Se você se aposentar por essa tabela, a sua renda mensal definirá o valor do Imposto de Renda retido na fonte. Agora, se você resgata nessa tabela, independentemente do valor resgatado, você terá 15% retidos na fonte e, na declaração de imposto de renda anual, a Receita Federal realizará o reajuste, considerando todos os rendimentos tributáveis recebido no referido ano.

Quando fizer a escolha entre uma tabela ou outra tabela, é importante ter em mente que não é possível alterar a tabela de tributação, pois ela ficará atrelada ao seu investimento. Além disso, a tabela de tributação impactará somente quando você for utilizar o valor investido, seja na forma de um benefício de aposentadoria, ou no resgate de suas contribuições.



#Semana 10

Aportes, Projeção do Saldo e Valor do Benefício

Aportes, Projeção do Saldo e Valor do Benefício



Aportes

Como dissemos na publicação anterior, nos planos de previdência complementar, o benefício é calculado em função do saldo acumulado durante a fase contributiva, ou seja, o período em que você está trabalhando e faz contribuições para o plano. Assim, quanto maior o saldo, maior será o valor do benefício na aposentadoria.

O saldo basicamente é composto pelas contribuições e aportes realizados pelo participante, pelas contribuições realizadas pela patrocinadora (no caso de planos que apresentam a contrapartida da empresa), pela rentabilidade do período e dedução de eventuais taxas administrativas/carregamento previstas na contratação do plano.

Normalmente, quando falamos de contribuições para planos de

previdência complementar, automaticamente pensamos nas contribuições mensais, cujo valor é definido na contratação do plano. Porém, os planos dispõem da possibilidade de contribuições esporádicas, onde o participante define o valor do aporte e sua periodicidade.

Essas contribuições trazem duas grandes vantagens, a primeira é o aumento do saldo de conta de forma mais rápida e a segunda é o benefício fiscal.

Como uma forma de incentivar esse tipo de investimento, as contribuições realizadas em um plano de previdência complementar poderão ser abatidas na base de cálculo de imposto de renda em sua declaração anual, para quem faz a declaração do imposto de renda pelo modelo completo, limitado a 12% do rendimento bruto anual. Com isso, além de guardar dinheiro e aproveitar a rentabilidade no longo prazo, conseguirá reduzir a sua base de cálculo de Imposto de Renda.

Projeção do Saldo e Valor do Benefício

Considerando que o investimento em um plano de previdência é um investimento de longo prazo e que seu benefício será calculado com base no saldo acumulado na data da aposentadoria, é muito importante um acompanhamento da evolução do seu saldo para que possíveis desvios sejam corrigidos ao longo do período de acumulação.

Uma importante ferramenta para o gerenciamento do seu plano é o simulador de benefício. Nele é possível simular o benefício na aposentadoria, considerando premissas como rentabilidade futura estimada, aumento salarial estimado e aportes futuros.

Para você fazer uso dessa ferramenta, explicaremos aqui como ela funciona, e é aí que entra um conceito financeiro básico: os juros compostos.

Os juros compostos, diferente dos juros simples, são exponenciais. Eles são calculados sobre o montante mais os juros que são acumulados no período, assim temos um resultado cada vez maior conforme o tempo vai passando, é o famoso juros sobre juros.

Da mesma forma que os juros funcionam em uma dívida como um empréstimo, por exemplo, ele também funciona para uma aplicação financeira e de juro a ser pago ele passa a ser chamado de rentabilidade que fará parte dos seus resultados de aplicação.

Repare que com passar do tempo, aqueles 10% começaram a gerar um resultado financeiro maior, fazendo com que a diferença entre o valor da aplicação inicial (R\$ 1.000,00) e o valor da aplicação final (R\$ 3.797,50) seja de R\$ 2.797,50, isso sem considerar qualquer outro aporte (nesse intervalo de tempo).

Agora, vamos imaginar que além daqueles R\$ 1.000,00 iniciais, essa pessoa continuou fazendo aportes anuais de R\$ 100,00. Veja na tabela a seguir qual foi o resultado:

Ano	Valor	Rentabilidade (%)	Rentabilidade
1	R\$ 1.000,00	10	R\$ 100,00
2	R\$ 1.100,00	10	R\$ 110,00
3	R\$ 1.210,00	10	R\$ 121,00
4	R\$ 1.331,00	10	R\$ 133,00
5	R\$ 1.464,10	10	R\$ 146,10
6	R\$ 1.610,51	10	R\$ 161,51
7	R\$ 1.771,56	10	R\$ 177,56
8	R\$ 1.948,72	10	R\$ 194,72
9	R\$ 2.143,59	10	R\$ 214,59
10	R\$ 2.357,95	10	R\$ 235,95
11	R\$ 2.593,74	10	R\$ 259,74
12	R\$ 2.853,12	10	R\$ 285,12
13	R\$ 3.138,43	10	R\$ 313,43
14	R\$ 3.453,27	10	R\$ 345,27
15	R\$ 3.797,50	10	R\$ 379,50

Ano	Valor	Aporte	Rentabilidade (%)	Rentabilidade
1	R\$ 1.000,00	R\$ 100,00	10	R\$ 100,00
2	R\$ 1.200,00	R\$ 100,00	10	R\$ 120,00
3	R\$ 1.420,00	R\$ 100,00	10	R\$ 142,00
4	R\$ 1.662,00	R\$ 100,00	10	R\$ 166,00
5	R\$ 1.928,20	R\$ 100,00	10	R\$ 192,20
6	R\$ 2.221,02	R\$ 100,00	10	R\$ 222,02
7	R\$ 2.543,12	R\$ 100,00	10	R\$ 254,12
8	R\$ 2.897,43	R\$ 100,00	10	R\$ 289,43
9	R\$ 3.287,18	R\$ 100,00	10	R\$ 328,18
10	R\$ 3.715,90	R\$ 100,00	10	R\$ 371,90
11	R\$ 4.187,48	R\$ 100,00	10	R\$ 418,48
12	R\$ 4.706,23	R\$ 100,00	10	R\$ 470,23
13	R\$ 5.276,86	R\$ 100,00	10	R\$ 527,86
14	R\$ 5.904,54	R\$ 100,00	10	R\$ 590,54
15	R\$ 6.595,00	R\$ 100,00	10	R\$ 659,00

Viu só a diferença?

Com apenas R\$ 100,00 a mais por ano, a contribuição total foi de R\$ 2.400,00, mas a rentabilidade acumulada foi de R\$ 4.195,00.

E assim a mágica dos juros acontece, com uma mistura de tempo e aportes, para ajudar você a chegar mais próximo daquele sonho tão desejado.

Quanto antes você começar a ter a disciplina de aportar um valor a cada mês e por um intervalo de tempo maior, melhores serão seus resultados.

E se te contarmos que a mágica também acontece aqui nos planos de previdência da Visão Prev? Isso mesmo!! Veja o exemplo abaixo com a rentabilidade média dos últimos 5 anos (07/2016 – 08/2020) do plano Visão Multi, no perfil Agressivo, considerando a idade de aposentadoria aos 55 anos:

	18 anos	20 anos	30 anos	50 anos
Aplicação (1)	R\$ 62,67	R\$ 83,38	R\$ 352,48	R\$ 11,514,41
Rentabilidade (2) (3)	15,25% a.a.	15,25% a.a.	15,25% a.a.	15,25% a.a.
Tempo em Meses	444	420	300	60
Objetivo	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00

1. Valor hipotético de contribuição. Valor efetivo será definido pelo percentual de contribuição escolhido, conforme regras do Plano

2. Rentabilidade diferente de acordo com o perfil de investimento escolhido

3. Resultados passados não garantem a rentabilidade futura

Você pode fazer outras simulações no site da Visão Prev. Seu benefício será calculado sobre o resultado do seu saldo estimado para a data da aposentadoria. A forma de cálculo do benefício é definida pelo regulamento do plano contratado, podendo ser, por exemplo, um percentual sobre o saldo.

Com base no resultado você pode avaliar se há necessidade de aumentar o valor da contribuição mensal, ou de, por exemplo, alterar o perfil de investimento.

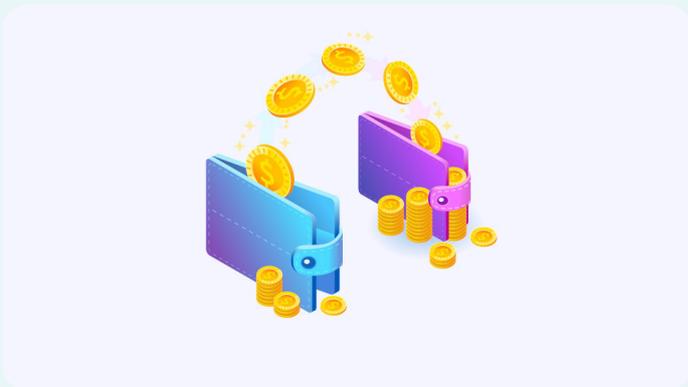
Então, não perca a chance de usar a magia dos juros compostos com a Visão Prev. Aqui, ajudamos você a buscar aquele sonho que parece tão distante, mas na verdade é só uma questão de tempo e persistência!

#Semana 11

Portabilidade



Portabilidade



Portabilidade

A portabilidade é um instituto previsto na legislação dos planos de previdência complementar, que permite transferir recursos de um plano para outro, sem a incidência de imposto de renda nessa movimentação (pois o dinheiro não passa pelo bolso do participante). Nesse caso, o recurso é transferido de um plano para outro e só será tributado no pagamento do benefício ou resgate.

A transferência dos recursos pode ser feita das seguintes formas: de planos abertos para planos fechados e vice-versa ou pode ser interna, quando ocorre entre planos de uma mesma Entidade ou Instituição Financeira.

Planos Abertos

Planos abertos são aqueles administrados por instituições financeiras e qualquer pessoa pode aderir - normalmente são chamados de PGBL (Programa Gerador de Benefício Livre).

Planos Fechados

Planos Fechados são planos oferecidos por empresas aos seus funcionários e são restritos a esse grupo. Também podem ser planos instituídos por entidades de classes.

Mas qual a diferença se meu plano foi constituído em Previdência Aberta ou Previdência Fechada?

O que muda são as regras! Existem regras para se realizar a portabilidade que variam entre os planos abertos e fechados. Para os planos abertos é exigida uma carência de 60 dias para se realizar a portabilidade dos recursos. Já nos planos fechados, somente é permitida a portabilidade se o participante não tiver mais vínculo empregatício com a empresa patrocinadora do plano e não estiver em gozo de um benefício de aposentadoria pelo plano.

Além disso, recursos oriundos de planos fechados quando portados para outras entidades ou instituições financeiras não podem ser resgatados, devendo ser convertidos em um benefício de aposentadoria. Já recursos de planos abertos, após realizada a portabilidade, não perdem sua liquidez, podendo ser resgatados.

Para quem a Portabilidade se torna interessante?

A portabilidade é interessante para o participante que deseja reduzir as taxas incidentes sobre seus investimentos, assim como para aquele que procura resultados financeiros melhores.

É importante verificar se o seu plano cobra taxa administrativa ou taxa de carregamento e comparar com o plano de destino. Analise a rentabilidade dos últimos 36 meses – Mas lembre-se: rentabilidade

passada não é garantia de rentabilidade futura!

Antes de optar pela portabilidade, você deve também analisar os benefícios oferecidos pelo plano atual e pelo plano de destino, para não sair de algo muito bom para um produto que não ofereça tantos benefícios.

Além disso, para quem optou pelo Regime Regressivo de tributação, ao portar seus recursos para outro plano de previdência você mantém o prazo de acumulação das contribuições, ou seja, o prazo não zera. Por exemplo, se você já possuísse recursos com prazo igual a 10 anos de acumulação, seria tributado, no plano de origem, a uma alíquota de 10%. Ao portar esse recurso, ele mantém a alíquota de 10%.

A portabilidade é uma boa opção para se negociar melhores taxas e buscar melhor rentabilidade, não perdendo o objetivo principal: o investimento no seu futuro para ter uma aposentadoria mais tranquila!

E aí, gostou do E-book? Compartilhe com seus amigos e familiares também! :) Esperamos que tenha aproveitado os conteúdos que preparamos para você e que esteja motivado a continuar #nadando nessa onda de aprendizado!



**Visão Prev Sociedade de
Previdência Complementar**

CNPJ: 07.205.215/0001-98

Alameda Santos, 787 – Conjuntos 11 e 12
Jardim Paulista – São Paulo – SP
CEP: 01419-001

Central de atendimento

Capital, regiões metropolitanas de SP e
ligações internacionais (fixo + celular):

11 5508.8000 – seg. a sex. das 7h às 19h

Demais localidades (fixo + celular):

0800.771.7738 – seg. a sex. das 7h às 19h

(11) 97270-0345 - segunda a sexta das 7h às 19h.

#Aprendendo a nadar